

8 OUT 1987

# “Estamos começando uma nova etapa”

O documento “Democracia e Desenvolvimento”, divulgado ontem pelo presidente José Sarney pede a união dos partidos políticos e seu apoio à figura do presidente para que ele possa terminar seu mandato, estabelecido no próprio texto em cinco anos.

Sarney deixa claro que terá liberdade para mudar a equipe de governo de acordo com as adesões que o documento obtiver.

Eis a íntegra do pronunciamento do presidente:

“Brasileiras e brasileiros. Estou esta noite para uma conversa franca e de certo modo um desabafo. Eu não vou explicar as condições dramáticas de minha investidura na Presidência da República. O povo brasileiro sabe, e foi testemunha de todos esses fatos. Herdei para cumprir e cumpro o compromisso firmado pela Aliança Democrática entre o Partido do Movimento Democrático Brasileiro e o Partido da Frente Liberal, com determinação e perseverança. Tudo que ali foi acordado conseguimos realizar. Vamos aos fatos: realizamos eleições diretas em todos os níveis, inclusive para Presidência da República a ser eleito por maioria absoluta em dois turnos; convocação da Assembleia Nacional Constituinte que hoje se reúne para discutir os grandes problemas nacionais e o futuro institucional do País; legalização dos partidos então falados de partidos clandestinos; reformulação da legislação eleitoral de modo a instaurar a plena liberdade de organização partidária, possibilitando a formação de novos partidos. Mais de vinte partidos foram criados. Eleições para as capitais dos estados, para os municípios de segurança nacional; funcionamento das centrais sindicais; total liberdade de informação; extinção da sublegenda; retorno da coligação de partidos; inexistência de qualquer intervenção nos sindicatos; reconhecimento da autonomia e liberdade sindicais. Mas não ficamos limitados em nossos atos a apenas honrar os nossos compromissos predominantemente institucionais da Aliança Democrática, removendo os obstáculos da nossa democracia.

Eu fui mais longe, ampliamos as conquistas políticas, sociais e econômicas, como o recadastramento eleitoral, possibilitando as mais legítimas eleições já realizadas no País. Naquele tempo nós tivemos a oportunidade de dizer que nós éramos a segunda democracia do mundo ocidental. Pois bem, na última eleição, nos Estados Unidos, o número de votantes

foi inferior ao número de votantes em nossa última eleição. Foi instituído o vale-transporte obrigatório para todos os trabalhadores. O seguro-desemprego, que era um tabu, foi assegurado neste governo. Acesso democrático ao rádio e à televisão pelos partidos políticos; reconhecimento de direito de voto aos analfabetos; adesão do governo brasileiro à convenção das Nações Unidas contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis. E eu relembro com que emoção eu firmei aquele tratado nas Nações Unidas, e também nós firmamos o pacto da Organização dos Estados Americanos sobre os direitos humanos.

A legalização da União Nacional dos Estudantes; a criação do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher; a retomada do processo de desenvolvimento, como uma opção fundamental da sociedade brasileira. O povo brasileiro queria sair da recessão, e nós saímos da recessão. A taxa de crescimento foi de 17,2% no biênio 1985/86, e este resultado se torna mais importante quando nós sabemos que foi a maior taxa de crescimento do bloco ocidental de 1986. Recuperamos os níveis de emprego. A taxa global de desemprego, quando nós assumimos o governo, era de 8,3%, caiu para 2% em 1986, e já em agosto deste ano ela está em 4,22%. Concedemos anistia aos dirigentes sindicais cassados; a democratização e a desburocratização das eleições sindicais; a representação dos trabalhadores no Conselho Monetário Nacional, onde se discute a política econômica do País, nos conselhos da Sudam, da Sudene, da LBA, do Conselho da Mulher, de Defesa do Consumidor e no dos cálculos do Índice do IBGE. A adoção da correção monetária e juros para as indenizações trabalhistas. Embora em meio às dificuldades imensas, que nos últimos tempos marcaram a situação econômica e social do País.

E com orgulho que nós podemos proclamar que nenhum retrocesso na caminhada democrática se verificou. Durante esses 2 anos e 8 meses, as instituições se fortaleceram. Respira-se liberdade em todos os recantos do País. Pois bem, agora, estamos com um fato novo, extremamente importante para o projeto político brasileiro. A Aliança Democrática foi desfeita. E eu, para governar, preciso de uma base de sustentação política e congressual que me assegure administrar sem freios e sem limitações. Governei com a Aliança, cumprí todos os compromissos da Aliança, ela agora se desfez. Pois nós, necessitamos, e eu proclamamos isto, a todo o povo brasileiro nesta noite. Necessi-

tamos de uma maioria nítida, clara, segura, inofensível que assegure uma tranqüilidade ao governo e, portanto, uma tranqüilidade à Nação brasileira. Com esse objetivo, eu quero comunicar ao povo brasileiro, que eu entregarei hoje ao presidente do PMDB e ao presidente da Frente Liberal, Ulysses Guimarães e Marco Maciel, um documento-compromisso no qual se propõe o estabelecimento de um programa mínimo, pelo qual o presidente da República, livre de pressões, tenha absoluta liberdade para compor sua equipe de governo e propor as ações políticas, econômicas e administrativas de interesse do País. A nossa Nação deseja estabilidade e nós sabemos que todo o período de transição é sempre, em qualquer lugar, um período muito difícil.

Vamos, assim, iniciar uma nova etapa. O problema brasileiro é, em grande parte, um problema político. O econômico e o social são consequências do primeiro, e já se disse sempre uma boa política e terei uma boa economia. Os nossos partidos, é uma constatação óbvia, estão divididos em blocos e sub-blocos com ideologias totalmente diferentes. Nós precisamos, portanto, saber as forças com que contamos para a grande tarefa da reconstrução nacional, nessa segunda etapa do meu governo. O povo precisa ter certeza de que o futuro será melhor. Os empresários precisam ter confiança para voltar a investir. O Brasil precisa resolver o problema da dívida, reintegrar-se no mundo financeiro e agir pragmaticamente com realismo. E claro que isso deve ser dentro dos nossos interesses, assegurando a nossa soberania sem pagar o preço da recessão. Os nossos operários precisam ter a segurança de que o desemprego não baterá às suas portas. Que seus salários não serão achados. São estas as indagações que estão na consciência dos vários segmentos da sociedade brasileira. Para isso, eu repito, é necessário, é fundamental, é básico que tenhamos estabilidade política. Se nós pudermos avançar naquele rol que eu citei de tantas conquistas foi porque nós tivemos o respaldo que foi feito, ainda antes da eleição da Aliança Democrática. Pois bem, agora o meu objetivo é assegurar essa estabilidade para conclusão do meu mandato e para resolver os problemas do nosso País. E eu devo confessar, que em nenhum momento desses dois anos de governo, eu senti um apoio firme e necessário, quando, por exemplo, eu adotei o Plano Cruzado.

Muitos ficaram contra. Veio a eleição, o Cruzado teve seu período de glória e todos dessa

glória participaram. Ai nós chegamos às nossas dificuldades de novembro. Os ajustes foram ajustes dolorosos para evitar o pior, executamos, temos de reconhecer, uma política que não tinha nada para ser uma política popular, uma política de juros, e de preços. Mas são os ossos de quem governa, era meu dever e minha responsabilidade. De certo modo eu fiquei isolado, fiquei responsável por tudo. Não tive nem apoio naqueles instantes dessas medidas nem divisão de responsabilidades. Eram ruídos os ataques de meus companheiros. Dos êxitos todos foram donos, das dificuldades somente eu tive o pesado ônus. O mesmo aconteceu com a reforma agrária, o mesmo aconteceu com a moratória. Aqueles que mais batiam palmas ao governo foram os que mais o atacaram. O povo é testemunha de minha dedicação ao País. Dedicação que é em tempo integral.

Sem férias, sem fins de semana, sem feriados, e eu sei que isso não é mais do que uma obrigação do presidente, porém, eu tenho ido até ao sacrifício pessoal, além dos meus deveres, com a vontade e a determinação de servir ao povo. E neste momento, que é um momento decisivo, eu quero, eu necessito de um apoio explícito para levar a bom termo o processo da transição democrática e assegurar o desenvolvimento econômico do País que não pode ser interrompido. A aliança cumpriu com a sua tarefa e eu vou cumprir agora com as novas metas. Nós sabemos as soluções, sabemos superar os obstáculos e precisamos superar os obstáculos políticos. E eu espero a colaboração dos partidos e dos parlamentares e tenho absoluta certeza de que eles não faltarão ao Brasil. E eu posso até avançar um pouco mais, ao proclamar que o ideal, para queimarmos etapas, seria, neste instante, um governo de união nacional, e eu estou aberto, como sempre estive, a um diálogo sobre esse tema.

Brasileiras e brasileiros, preciso nos dois anos que me restam de mandato, concluir a obra política, concluir a obra gigantesca que é a obra da restauração da democracia. Ordenar as finanças, sem descuidar do que é essencial ao nosso desenvolvimento. E é possível realizar tudo isso. Mas nós precisamos de tranqüilidade política, de uma maioria clara, definida dentro do Congresso, de apoio ao governo em suas ações políticas e administrativas. E esse apoio, nós desejamos para quê? Desejamos para realizar a política econômica, o plano macroeconômico que aí está. Equacionar o problema da dívida externa de

uma forma realista, enxugar a máquina administrativa, extinguindo órgãos e até ministérios. Admitir pessoal apenas por concurso público. Privatizar as áreas não-essenciais e não-estratégicas. Punir com demissão qualquer funcionário, mesmo de cargo de confiança ou melhor, em cargo de confiança que seja omissão. Os casos de denúncia de corrupção. Abrir novas perspectivas para o Nordeste, o Centro-Oeste, a Amazônia, criando plataformas de exportação e utilizando o instrumento de conversão da dívida em investimento. Adotar uma política de emergência para as populações de baixa renda. Nós estamos vendo a cada dia como cresce o problema habitacional nas grandes cidades, nas estradas e nas periferias. Um programa de emergência mobilizando a administração federal, estadual e municipal contra a violência que é esta grande chaga que hoje atinge toda a nossa sociedade. Nós precisamos descentralizar a administração pública, apoiar efetivamente a iniciativa privada para que ela tenha confiança e volte a investir. Estabelecer um sistema de carreira no serviço público, racionalizar a administração e não permitir a injustiça dos hoje chamados “marajás”, estabelecendo tetos de vencimentos que não poderão ser ultrapassados e efetuar a reforma agrária com rapidez.

Mas, brasileiras e brasileiros, nós devemos também dizer que o Brasil é somente um país viável, ele é um país extraordinário. Nós, brasileiros, conseguimos em pouco tempo, construir o maior país abaixo da linha do Equador. Não temos somente coisas a fazer, problemas, mas também temos realizações que orgulham todos nós. O progresso era privilégio do norte do mundo. O

Brasil quebrou esta regra, somos a oitava economia do mundo. Tivemos este ano, para dar um exemplo, a maior safra agrícola de nossa História. Foram 65 milhões de toneladas de grãos. Nós fabricamos computadores, automóveis, trens, navios, aviões, fábricas de fábricas, turbinas. Há 50 anos, nós importávamos botões e até alfinetes. A economia está melhorando, as perspectivas são boas, a inflação caiu de 25 para 6%. O superávit da exportação que era zero em janeiro, é hoje de 1 bilhão e 400 milhões de dólares por mês.

E o Brasil precisa preparar-se para o século XXI. Restaurar a crença em suas instituições. Restaurar a crença no seu futuro. Criar uma unidade solidária em favor do País, independente de partidos e convicções políticas. E ajudar o presidente a resolver os problemas nacionais que se acumularam ao longo do tempo. A hora é, portanto, uma hora de construir. Nós temos soluções e não há nada a temer e nem há motivos para regressos. E eu quero terminar dizendo que nós vamos suplantamos os problemas políticos e nós vamos suplantamos os problemas econômicos e os problemas sociais. Estou determinado, mas determinado mesmo, a fazer as modificações que forem necessárias, sem qualquer concessão de ordem pessoal ou política. Para isso, eu repito, eu espero contar com os partidos, com os congressistas e com os governadores. Nós chegamos a um ponto do qual nós não podemos recuar. Estamos começando uma nova etapa. Para esta nova etapa eu peço a ajuda de Deus e também o apoio indispensável, generoso e bom do nosso povo. De você, brasileira, e você, brasileiro, que neste instante, generosamente ouve o presidente da República. Muito obrigado e boa noite”.

## Maciel diz que Sarney citou as propostas do PFL

por Andrew Greenlees de Brasília

O presidente do PFL, senador Marco Maciel, reagiu de forma cautelosa ao documento que recebeu ontem do presidente José Sarney, contendo a proposta para um novo pacto político. Da mesma maneira, Maciel comentou, horas depois o pronunciamento de Sarney em cadeia de rádio e televisão. “O presidente poderia ter sido mais explícito em determinar os pontos”

discurso do PFL ao comentar o discurso.

Sempre insistindo que não adiantará análises mais profundas, antes da reunião de hoje pela manhã da executiva nacional de seu partido, Maciel limitou-se a dizer que o presidente da República mencionou alguns temas presentes em outro documento, entregue anteontem a Sarney por dirigentes do PFL, com as propostas do partido para a formação de nova base de sustentação.

avaliou o presi-